



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
ESTADO DE SÃO PAULO

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

**MENSAGEM DE PROJETO DE LEI
COMPLEMENTAR N.º 08/2025**

De 27 de novembro de 2025

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à deliberação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei Complementar que visa alterar a Lei Complementar Municipal nº 93 de 20 de setembro de 2017 para adequar a tributação sobre serviços descritos nos subitens 14.01, 20.01 e 20.02, constantes no anexo I da referida Lei Complementar.

A propositura objetiva desdobrar o item 14.01 da Lista de Serviços, anexo I da Lei Complementar Municipal 93/2017, criando, no âmbito municipal, o subitem específico 14.01.01, bem como equiparar o tratamento jurídico dos subitens 20.01 e 20.02 em relação aos subitens 14.01 e 14.01.01. Tal medida encontra amparo na competência municipal para legislar sobre assuntos de interesse local e na jurisprudência dos Tribunais Superiores, que admitem a interpretação extensiva da lista de serviços para atividades congêneres, desde que respeitada a natureza do serviço prestado. O serviço em questão enquadra-se na definição jurídica de manutenção de veículos, conforme interpretação sistemática do Código Brasileiro de Aeronáutica em harmonia com a legislação tributária.

A fixação da alíquota em 5% (cinco por cento) obedece estritamente aos limites do art. 8º, II, da Lei Complementar Nacional nº 116/2003 e do art. 156, § 3º, da Constituição Federal visa concretizar o Princípio da Capacidade Contributiva (art. 145, § 1º, da Constituição Federal), corrigindo distorções que equiparam a tributação de serviços de manutenção de aeronaves — cujos tomadores detêm elevada capacidade econômica — à de veículos terrestres de uso popular.

A alteração proposta não gera aumento de despesa, mas potencializa a arrecadação municipal sem ferir o contribuinte, promovendo justiça fiscal. A cláusula de vigência observa os princípios da anterioridade anual e nonagésima, garantindo a segurança jurídica e a não surpresa ao contribuinte.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), ao julgar o REsp 1.111.234/PR sob a sistemática dos Recursos Repetitivos (Tema 132), pacificou o entendimento de que, embora a Lista de Serviços anexa à Lei



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
ESTADO DE SÃO PAULO

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

Complementar nº 116/2003 seja taxativa em sua verticalidade, ela comporta interpretação extensiva em sua horizontalidade, o que comporta, a evidência, desdobramentos para organizar o lançamento, desde que as subcategorias não saiam do escopo do item federal e não criem hipótese de incidência nova.

Isso significa que serviços de idêntica natureza ("congêneres") podem ser tributados mesmo que a lei municipal adote nomenclatura específica para fins de controle e o Supremo Tribunal Federal (STF) corrobora essa autonomia municipal para a gestão fiscal (RE 784.439), desde que respeitada a essência do serviço listado na norma federal.

No caso deste Projeto de Lei, ao especificar a atividade de manutenção de aeronaves (subitem 14.01.01) separadamente dos demais veículos, o Município não inova na criação do fato gerador, mas apenas exerce sua competência constitucional de adequação normativa para capturar com precisão a capacidade contributiva do setor aéreo.

Ao ensejo, reitero à Vossa Excelência e demais membros dessa Augusta Casa meus protestos de elevado apreço e distinta consideração, **requerendo para este projeto de lei os benefícios da tramitação sob regime de urgência**, nos termos do art. 191, inciso II e art. 195, do Regimento Interno dessa Augusta Casa de Leis.

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO
PREFEITO

Ao Excelentíssimo Senhor
Julio Antônio Mariano
DD. Presidente da Câmara Municipal da
Estância Turística de São Roque/SP



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
ESTADO DE SÃO PAULO

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 08/2025
De 27 de novembro de 2025

Altera a Lei Complementar n.º 93, de 20 de setembro de 2.017, em relação aos subitens 14.01, 20.01 e 20.02, subitens constantes na lista de serviços (anexo I) da lei supracitada, e dá outras providências.

O Prefeito da Estância Turística de São Roque, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal da Estância Turística de São Roque decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o item 14.01 do Anexo I da Lei Complementar nº 93, de 20 de setembro de 2017, para inclusão do subitem 14.01.01 com redação e alíquota conforme abaixo:

I - no Anexo I, no item 14 (Serviços relativos a bens de terceiros), acresça-se o subitem 14.01.01 — Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de veículos aéreos (aeronaves) — alíquota: 5% (cinco por cento) sobre o preço do serviço e importâncias fixas por ano (UFM) de 5,00.

II - os demais serviços do subitem 14.01 mantêm-se com a alíquota vigente de 2% (dois por cento), sem prejuízo de outras especificações constantes no Anexo I.

Parágrafo único. A inclusão do subitem referido no *caput* tem por objetivo a distinção, para fins de lançamento e cobrança, das atividades relacionadas a veículos aéreos, que ficam sujeitas à alíquota máxima prevista no art. 17 da presente Lei Complementar, permanecendo inalteradas as demais disposições relativas a base de cálculo, lançamento e obrigações acessórias.

Art. 2º Para fins de integração da tabela do Anexo I, fica incluída imediatamente abaixo do atual subitem 14.01, com a mesma formatação da tabela (descrição do serviço / alíquota / importâncias fixas), e que a numeração adotada (14.01.01) seja padronizada conforme o sistema de cadastro municipal.



**PREFEITURA DA ESTÂNCIA
TURÍSTICA DE SÃO ROQUE**
ESTADO DE SÃO PAULO

- São Roque – Terra do Vinho, Bonita por Natureza –

Art. 3º Os subitens 20.01 e 20.02 passam a vigorar com a alíquota sobre o preço do serviço a razão de 5%, ficando mantida a redação destes subitens.

Art. 4º O inciso III, do art. 3º, da Lei Complementar n.º 93, de 20 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º.....

.....

III - execução da obra, no caso dos serviços descritos nos subitens 7.02, 7.19 e 14.14 da lista do anexo I;

.....”(NR)

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos tributários a partir de 1º de janeiro do exercício subsequente ao de sua publicação, observado, em qualquer caso, o prazo mínimo de 90 (noventa) dias previsto no art. 150, inciso III, alínea “c”, da Constituição Federal.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE, 27/11/2025

MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAÚJO
PREFEITO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: E0F4-B218-10D3-8561

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARCOS AUGUSTO ISSA HENRIQUES DE ARAUJO (CPF 144.XXX.XXX-59) em 27/11/2025 16:31:50
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://saoroque.1doc.com.br/verificacao/E0F4-B218-10D3-8561>